

## PAUL VEYNE EM CONTRA-PONTO OU COMO NÃO SE ESCREVE A HISTÓRIA

JOSÉ JORGE SIQUEIRA\*

*Resumo:* Este artigo discute o conceito de História em Paul Veyne e apresenta críticas em relação ao diálogo que, no terreno da metodologia da História, ele faz com autores “defasados” para as grandes questões da História.

*Abstract:* This article discusses Paul Veyne’s concept of history and presents a critical view with regard to the dialogue he develops in the area of methodology, between traditional historians and the principal historical question.

“**N**ão a história não tem método, senão peçam que vos mostrem esse método.” É dessa forma que o historiador Paul Veyne introduz a argumentação de seu livro *Como se escreve a História*.<sup>1</sup> Para ele, mesmo reconhecendo ter esta disciplina uma tradição que remonta a Tucídides, o seu campo semântico seria o do romance – de “um romance verdadeiro”, em sua expressão. Estamos, portanto, diante de alguns dilemas conceituais de fundo: se a história não possui método, mas se ela é considerada um “romance verdadeiro”, este o teria? Mas, assim, não estaríamos deslocando o eixo da problemática, transferindo-o do campo propriamente historiográfico? E o que seria “verdadeiro” para o exemplo do romance? Embora o autor afirme que estas questões “nada significam”,<sup>2</sup> acompanhemos criticamente as soluções explicativas por ele apresentadas.

A questão de fundo a perpassar a argumentação de Veyne, percebe-se, está ligada à velha dúvida epistemológica – a remontar especialmente a Kant – diante da diferença de essência ou de grau para distinção do que seja ciência. Ou seja, à diferença entre o que seria o conhecimento de tipo nomotético (capaz de criar conceitos teóricos representativos das recorrências dos fenômenos do real) e aquele conhecimento de tipo ideográfico (dedicado ao único, ao singular e, portanto, incapaz de trabalhar com a recorrência, a ser sintetizada em conceitos e teoria). Esta última modalidade – onde se incluiria da história – fica destituída a possibilidade de trabalhar naqueles termos e, por isso, não enquadrada na categoria de conhecimento científico.

Dialogando neste terreno da metodologia em história (que negou existir) com Dilthey, Windelband, Rickert, Fustel de Coulanges e Langlois-Seignobos – e portanto, com uma historiografia em boa medida defasada para as grandes questões da história no século XX -, Veyne retorna aos labirintos teóricos e metodológicos característicos da história política tradicional, como em voga nos círculos acadêmicos ocidentais de segunda metade do século XIX. Sua argumentação vai girar em torno da irredutibilidade do fato único, singular, irrepetível, em história – identificada por ele nos grandes feitos políticos, assim como César e seus inimigos, os tratados da I Guerra Mundial, etc.

A história, diz, “não se repetiria nunca, mesmo que lhe aconteça repetir a mesma coisa” (sic)<sup>3</sup>. Adota, “ainda que provisoriamente”, a distinção feita por Dilthey e Windelband: de um lado, o conhecimento de tipo nomográfico, e, de outro, o conhecimento de tipo ideográfico. A história cai no segundo tipo, em contraste, por exemplo, com a física.

Todavia, encontramos na moderna teoria do conhecimento ou epistemologia, a tendência de não aceitação dessa distinção, atribuindo-se muito mais a uma questão de diferenças de grau, do que de essência, o que separaria os diversos tipos do fazer científico. Um filósofo da ciência, como Karl Popper, sustenta tal posição. Para ele, o fato de pertencermos também ao mundo natural garante a unidade dessa concepção – resguardando-se as diferenças de grau, colocadas diante de estarmos lidando, no caso da história, com seres racionais. Mas, na essência, não haveria essa distinção radical entre as ciências da natureza e a história. Defende que há, no fundo, um único método, que é a chave para compreender o mundo. Atacando a própria subjetividade do pesquisador, que seria uma questão inerente apenas aos cientistas sociais, salienta que um físico pode com frequência usar um tipo de imaginação empática ou intuitiva, capaz de levá-lo a sentir que está intimamente familiarizado até mesmo com o “interior dos átomos” – mesmo com seus caprichos e preconceitos.



Afirma Popper que, ao compreendermos os homens em virtude de uma certa racionalidade de seu pensamento e ações, do mesmo modo podemos compreender as leis da natureza, por causa de algum tipo de racionalidade ou necessidade compreensível que lhe é inerente. Ao constatar que o mundo moderno pôde romper com a antiga doutrina medieval, segundo a qual os seres humanos estão fora da natureza e, portanto, incapazes de compreendê-la a partir de dentro, propõe a unidade de método entre as ciências.<sup>4</sup> Consciente de que o método em qualquer ciência não atinge a plena compreensão (um non sequitor), envolve-se Popper - a partir do suposto da similaridade do método científico - nas complexas discussões relativas às particularidades seja para a natureza, seja para a história – o que, nele, não nos interessa aqui discutir.

Para Veyne, ao contrário, não haveria nenhuma possibilidade de o historiador “imitar”(sic) o físico, e poder extrair do fato humano (para ele necessariamente individualizado) variantes abstratas e conceituais. Contraditório, argúi que o ato a individualizar os acontecimentos é o seu “dado momento”; entretanto, o mesmo ato poderia se repetir a si mesmo. E mais, essa característica não impediria que o fato fosse “cientificamente” explicado. Como prova, sustenta que os fatos estudados pela ciência não possuem diferenças radicais com aqueles da história: todos são individualizados (!). Todavia, não existiria para o historiador qualquer possibilidade “a priori” (em sua expressão) de se extrair do fato humano um invariante, abstrato, conceitual.

Para ele, a grande diferença é que, enquanto a física seria um corpo de leis, sem objeto de estudo referente, sem realidade enfim, (o próprio sol, a lua, o cosmos, não passariam – segundo Veyne – de “anedotas”, cuja validade seria a de atestar as leis de Newton), no caso do historiador, ao reverso, aquela conceituação teórica - que, na Física, teria de ser criada - existiria a priori, isto é, dada no próprio corpus dos fatos, prescindindo assim da teoria.<sup>5</sup> Para Veyne, a história não possuiria método porque não teria nenhuma exigência: ela estaria satisfeita desde que contasse coisas verdadeiras. Não possuiria desse modo os rigores de aferição, típicos das ciências naturais. Por isso mesmo, conclui com a afirmativa que ela (a história) pode ser escrita por qualquer um, sem o domínio de um instrumental específico – que inexistiria. “Para compreender o passado, basta olhá-lo com os mesmos olhos que nos servem para compreender o mundo que nos rodeia ou a vida de um povo estranho. {...} A explicação histórica consiste assim em encontrar na história uma forma de explicação que nós temos, de qualquer modo, sabido desde sempre”, argumenta.<sup>6</sup> Resta saber, no caso, como se chegaria “às coisas verdadeiras” aludidas, sem contar com a intersubjetividade teórico-metodológica construída pelos historiadores de todo o mundo?

É com certo enfado que registramos as exigências metodológicas do autor para com a escrita da história elaborada a dois séculos antes da era cristã. Pergunta-se então porque uma seria fatal, “quase mês a mês” (sic), e outra mais geral, em grandes linhas.<sup>7</sup> No fundo, para o caso, está ele a exigir posturas metodológicas e mesmo teóricas, impossíveis de serem resolvidas à época, e que ainda levariam muitos séculos para sê-lo. Dentro desta lógica, o autor faria as mesmas indagações para o que, àquela época, se entendia por Física? Poderia ele concordar com as hoje bizarras concepções ptolomaicas sobre a Terra?

Ainda assim, apesar de afirmar que desde Tucídides nada mais fora acrescentado ao aparato reflexivo do historiador, Veyne esboça um mínimo de recortes metodológicos para a trajetória da disciplina, tendo em vista a possibilidade de negá-los. Recorre ao trato erudito das fontes, como especialmente desenvolvido a partir da renascença humanista e, posteriormente nas escolas romântica e ou historicista e a metódica e ou positivista, do século XIX. Afeito aos aspectos mais limitados dessa tradição – e recorrendo, ainda uma vez, a Langlois-Seignobos, Rickert, Windelband, etc – afirma: “dado que não podemos fazer dizer à história mais do que dizem as fontes, apenas nos resta escrevê-la como sempre se escreveu”.<sup>8</sup> Reconhece, em poucas palavras, que hoje em dia a história tem anexado a si a demografia, a economia (esta, curiosamente, entendida por ele com os rigores das ciências da natureza, mesmo tão humana),<sup>9</sup> e as mentalidades, aspirando por isso a uma genérica “história total”. Esta última traria consigo o dilema da própria identidade da história como disciplina, pois já não seria possível saber-se o que é história e o que não seria – exemplificando, no caso, com a alegação de não se saber o que definir como mais importante, se a vida de Luis XIV em três volumes, ou a narração do mesmo reinado em cem volumes (sic)<sup>10</sup>.

De forma extremamente breve, a inestimável contribuição teórica e sobretudo metodológica da Escola dos Annales, se restringe, em Veyne, a estabelecer um “não- acontecimental”. Isto é, estudar algo impreciso, situado além da história-tratados e batalhas.<sup>11</sup> A parcimônia se sucede com o debate aberto na historiografia pela presença do aporte metodológico, mas, sobretudo, teórico, do materialismo histórico, de inegável influência no conjunto das ciências humanas hodiernas, dentro ou fora de seu âmbito<sup>12</sup> - e, recordemos, Veyne escreve seu livro justamente entre 1968 e 1970.

*“Ela (a história) conta como uma maçã caiu da árvore: essa maçã estava madura, levantou-se o vento e uma rabanada de vento sacudiu a*



*macieira; é a ciência que revela porque a maçã caiu (...). Em história, “nunca encontraremos a atração, que é uma lei escondida, que foi preciso descobrir, chegar-se-ia quando muito ao truismo de que os objetos que nada suportam caem”.*<sup>13</sup>

Em Veyne, consoante o pressuposto inicial no qual a história não teria método, conclui logicamente que ela também não teria teoria. Segundo seu entendimento, relatar-se-ia a Guerra de 1914, mas não o “fenômeno guerra”. O interessante – e, ao mesmo tempo, absurdo – é que compara essa impossibilidade com a lei física da queda dos corpos, demarcando as diferenças entre esse dois tipos de discurso. Assim que, para o físico, trata-se de estabelecer, por conceitos, o fenômeno, sua lei. Curiosamente, entretanto, afirma o autor em questão que, mesmo neste caso, o real sobre o qual se debruça tal trabalho teórico não tem a menor importância. Por isso, o físico, não “relataria” as diversas “causas” do fenômeno empírico. Desta forma, para ele, a “lei” já seria o próprio real (!).<sup>14</sup> Ora, pode a teoria da gravidade constituir-se na própria gravidade?! Ela é ou não é apenas sua representação intelectual ou teórico-abstrata?! Dessa interpretação de Veyne, sai a sugestão explicativa segundo a qual a história teria a peculiaridade de não necessitar de compreensão de tipo conceitual ou teórico, pois esta – a teoria - já seria inerente ao corpus dos factos. Daí sua ilogicidade, segundo o autor, “sem remédios”.

Convenhamos que confinar a reflexão histórica à mera descrição – por importante que ela às vezes seja –, ao “contar” que a maçã caiu, sem menor possibilidade de inferir conceitos teóricos que expliquem e compreendam o porquê da recorrência dos fenômenos sociais, é, convenhamos, uma solução explicativa de enorme penúria científica. Na história do Brasil Colonial, assim, jamais poderíamos abstrair das recorrências sociais da sociedade escravista, e entender plenamente o por quê de sua contradição principal, por exemplo. Fadados estaríamos à dimensão limitada do descrever e “contar”. O que dizer então do enorme salto qualitativo que se deu no entendimento daquela sociedade nos trabalhos de Eric Williams, Eugene Genovese, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Jacob Gorender, Fernando Antônio Novaes, Emília Viotti da Costa, Laura de Melo e Souza, Sidney Chaloub, João José dos Reis, Flávio dos Santos Gomes, Manolo Garcia Florentino, João Luis Fragoso, entre tantos outros e outras? Para onde iria a já exaustiva conceituação sobre o Antigo Sistema Colonial? Suas relações com o sistema e sociedades capitalistas emergentes à época? A quão tristes limites estaria confinada aquela historiografia?

Mesmo no palco europeu, inspirador dos exemplos e soluções explicativas de Veyne: as sociedades feudais do Ocidente – já assim denominadas em função de algum critério teórico – estariam impossibilitadas de serem conhecidas em suas tendências gerais de movimento, dadas as contradições sociais, econômicas, políticas e culturais que lhes foram típicas? Assim como impossibilitados estariam os historiadores de apreenderem a lógica geral das utopias de classes, os conflitos pela hegemonia daí inerentes, igualmente próprios àquelas sociedades e tempo? Pode-se considerar “descrição”, o que faz Mikhail Bakhtin com o estudo da cultura popular na Idade Média, via Gargantua e Pantagruel? O que dizer da obra do grande medievalista Jacques Le Goff, que estuda aquela cultura, em boa medida, sob a ótica dos conflitos, especificidades e contradições de classe?<sup>15</sup>

## II

Ofereçamos, pois, uma contra-partida.

No importante ensaio sobre o nascimento, vida e morte da história política tradicional, Francisco José Calzans Falcon, em contraste, nos dá visão detalhada do como a reflexão historiográfica passou por transformações qualitativas de fundo, paradigmáticas, ao longo daquela trajetória. Estas rupturas e mudanças de enfoques respaldaram-se em diferentes propostas metodológicas e teóricas, sendo responsáveis por disponibilizar para o historiador contemporâneo, todo um instrumental crítico, certamente não acessível, por exemplo, na Antiguidade ou na Idade Média. Desse modo, quão diferente é escrever história se compararmos os tempos de Tucídides e São Tomás de Aquino, aos tempos do historicismo e do positivismo da segunda metade do século XIX, diante de uma questão essencial (*sine qua non*) da reflexão historiográfica: a heurística e a crítica erudita das fontes! Tanto a heurística, quanto, sobretudo, a crítica erudita das fontes, representam – para o bem ou para o mal – significativo avanço para as lides com o documento histórico.

Entretanto, analisa o professor Francisco Falcon,<sup>16</sup> os próprios rigores da crítica das fontes à feição erudita, associando-se a princípios e valores da escola romântico-idealista – e, logo depois, à metódica ou positivista – darão contornos aos graves limites metodológicos e também teóricos àquelas escolas. Dentre os obstáculos que lhes foram intransponíveis está a eleição do Estado – e seus correlatos – como objeto por excelência da análise histórica: os grandes dirigentes, o estado-nação visto como uma espécie de “singular-coletivo”, sua “alma” ou seu “espírito nacional”, suas ações nas guerras e tratados.

Todavia, constata-se, os anos 30 deste século, exprimindo o salto qualitativo a que se chegou com a chamada “revolta antipositivista”<sup>17</sup>, apresentariam àquele panorama de quase esterilidade heurística, as boas novas notícias revolucionárias trazidas pela onda de renovação, como proposta pela Escola dos Annales, de Marc Bloch e Lucien Febvre. A historiografia abrir-se-ia ali ao contato permanente com as outras ciências sociais – o que implica muitas das vezes em incorporar problemáticas, conceitos, métodos e técnicas de análise, superando o dilema herdado do passado das meras “ciências auxiliares” da história; tornar-se-ia a história, “história-problema”, ao invés da “história-narração”, ou événementielle – o que supõe o uso de hipóteses prévias explicitadas pelo historiador para a proposta de pesquisa. Ampliar-se-iam os horizontes da narrativa explicativa da histórica, buscando-se metodologicamente as relações dos fatos de uma determinada estrutura ou nível com as demais; insistir-se-á nos aspectos sociais, coletivos e repetitivos dos fatos sociais – assim com a dinâmica social das classes, das mentalidades, etc -, opondo-se radicalmente à idéia do único, do singular, do irrepetível, enfim do episódico, das escolas idealista e positivista; a fonte histórica passa a ser vista para além do documento oficial e escrito, incorporando-se ao seu leque, os vestígios arqueológicos, a tradição oral, restos de sistemas agrários ainda visíveis, recorre-se à literatura e às artes; ao cabo, assume-se a inescapável presença da subjetividade do pesquisador, reconhecendo-se a indissolúvel e necessária relação entre o passado e o presente, o que leva às questões da responsabilidade social do historiador.<sup>18</sup>

É bem verdade, por outro lado, que muito antes de Annales, ainda na própria segunda metade do século XIX – contemporâneo, pois, do auge das escolas historicistas – o materialismo histórico de Marx e Engels, já oferecesse argumentos de peso, de modo a romper e superar com aquelas perspectivas àquela altura estagnitizantes, da história. Não obstante, como se sabe, o materialismo histórico não iria fazer vida acadêmica oficial, ainda durante muito tempo. Já como jovem hegeliano de esquerda, Karl Marx teria rejeitada sua tese de doutorado na universidade de Bonn, quando do trabalho sobre A Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro - publicado postumamente. O aprofundamento histórico-filosófico de sua obra, para além do aporte teórico e metodológico, ao concentrar-se no estudo das sociedades capitalistas do Ocidente à época, acaba por propor sua (dela) superação – o que seria obviamente inaceitável. Todavia, o materialismo histórico, no original, concebe o histórico como objetivo e passível de teorização. Reconhece então a organização das sociedades humanas complexas – independente do tempo ou lugar – como

providas de estruturas (sociais, econômicas, políticas, culturais) articuladas entre si, compondo uma totalidade social. No âmbito dessas sociedades, classes sociais, peculiares por sua inserção específica naquelas estruturas. E com as classes sociais, que podem cooperar, mas também podem divergir, as utopias de classe, as ideologias e suas formulações de mundo e seus interesses de hegemonia social ou política. Estas descobertas científicas originais, significariam – malgrado o diálogo surdo de época – verdadeiro novo paradigma de se pensar a história, envelhecendo, por exemplo, de forma irremediável, a crítica erudita das fontes, próprias dos historicismos – já que propunha uma nova forma de “ler” os documentos e fontes.

Eric Hobsbawm, em ensaio recente, realizando balanço sobre o que os historiadores – em geral materialistas e não materialistas históricos – devem a Karl Marx, anota a ampla influência no conjunto das ciências sociais exercida pela teoria da base e superestruturas; ou seja, o modelo teórico das sociedades organizadas em diferentes níveis de interação. A controvérsia resultante de como admitir essa interação, não invalidou que o modelo geral fosse amplamente considerado válido. A força imensa de Marx, anota o autor, sempre residiu em sua insistência, tanto na existência da estrutura social, quanto na sua historicidade, isto é, em sua dinâmica interna de transformação.<sup>19</sup> Via de regra, o que se faz são as intermináveis opções de como resolver o problema colocado: modelos mecânicos matemáticos, que não impliquem em revolução social? Teorias estruturais-funcionais, que podem chegar a negar a própria historicidade real do processo? E assim por diante.

É também verdade ser de total esterilidade teórico-metodológica a versão dita “marxista vulgar”, assumida por feição do materialismo histórico enrijecido dogmaticamente pelos determinismos estrutural-evolucionistas, assim como pelas “previsões” políticas do devir “revolucionário” estrito. Insiste-se, nestes casos, em alguns pontos onde, no original, não se tem tanta linearidade, a saber: a interpretação econômica da história strictu sensu; o modelo da “base e superestrutura” para explicar o cultural ou as idéias, numa relação de dependência rígida com a base econômica; a repetição enfadonha de frase do Manifesto Comunista, onde a “história é a história das lutas de classe”; a controvertida perspectiva contida nos escritos de Marx quanto à inevitabilidade histórica, de regularidade rígida e imposta, praticamente sem alternativas; a concentração de estudos desse tipo em temas específicos, ligados seja ao desenvolvimento do capitalismo, seja aos interesses de sistemas ou partidos políticos e movimentos sociais.<sup>20</sup>

Francisco Falcon, no ensaio acima referido, anota a importância paradigmática prevista em Marx e Engels, mas também em Tocqueville,

Buckhardt e, mesmo em Dilthey, superando visão tradicional de que os acontecimentos políticos (o estado nacional à frente) se auto-explicariam. Ou seja, ao invés de excluirmos, esses acontecimentos impõem a análise de outras dimensões da realidade histórica: a sociedade, a cultura, a economia, tornam-se dimensões essenciais para ponderar o que seria exclusivamente “político”.<sup>21</sup> Os anos entre 1945 e 1970 alargariam estes questionamentos, representando um descrédito significativo para a predominância dos estudos com a perspectiva tradicional – malgrado a sobrevida, cada vez mais frágil, mesmo nos livros didáticos.

Transformar-se-iam ali os campos e os enfoques do “político”. O materialismo histórico, desde logo – e já agora com presença nos meios acadêmicos oficiais -, ao não desvincular o estudo do político das demais estruturas, abriu espaço para os estudos das formas de dominação. Por sua vez, a concepção tradicional fragilizada pela idéia do único e irrepitível do “político”, perdia inexoravelmente terreno diante dos avanços metodológicos da história serial ou quantitativa, originada dos *Annales* e que vai trabalhar justamente a repetição e a tendência, no social, no econômico, etc. Poder e política, por outro lado, passam a admitir um variado leque de opções investigatórias, ao incluírem modelos de repensar as relações Estado-sociedade. Ou, mesmo, ao privilegiarem análises sobre poderes até então não supostos como “políticos”, a exemplo da análise crítica de instituições diversas da sociedade civil (escolas, hospitais psiquiátricos, prisões), ou ainda a análise crítica do poder nas chamadas “práticas discursivas” (inclusive da ciência) e no simbólico.<sup>22</sup>

A esta altura, como negar a possibilidade de a história como disciplina possuir método e teoria? Como negar que essa reflexão se diferencia do corpus dos factos?

O que não se deve – como deixa implícito o texto de Paul Veyne em análise – é admitir que as polêmicas e dúvidas científicas estejam restritas às ciências sociais, em especial à história. Um breve conhecimento da história das ciências naturais não aponta para isso. Ao contrário: quão incontáveis são as controvérsias levantadas em consequência do surgimento de um novo paradigma científico, quanto à escolha de técnicas e métodos conceituais de sua abordagem comprobatória? O que dizer dos fenômenos até então “bem explicados” pelos paradigmas pré-existentes? Por outro lado, uma nova teoria não necessariamente conflita com suas predecessoras – podendo simplesmente tratar de fenômenos antes desconhecidos. Este é o caso da descoberta em conceber a teorização das sociedades como um todo, segundo uma lógica de articulação entre as suas

estruturas, assim como de suas transformações, em Marx e Engels. Tal novo paradigma apenas parcialmente invalida a crítica erudita das fontes, pois este procedimento, enquanto verificador da fiabilidade do documento, continua extremamente válido.

Destarte, quantos interesses profissionais não resistiram a Newton? E deste a Einstein? Por quanto tempo a relatividade manteve-se polêmica nos meios da física? Poderá o universo ser “curvo”? Por que não (agarrando-se ao velho paradigma) desenvolver uma teoria euclideana da teoria de Einstein? O que fazer com o espaço plano, linear e isotrópico de Newton? Todavia, o que se tem em conta – como bem observa Thomas Kuhn<sup>23</sup> – é que nenhum paradigma científico consegue resolver todos os problemas que define, tornando-se central ou prioritário elencar quais deles são os mais significativos a serem resolvidos. Por sua vez, muito provavelmente as soluções encontradas nem sempre serão perfeitas; considera-se justamente o contrário, ou seja, é precisamente a adequação incompleta e imperfeita entre teoria e dados que define os dilemas da ciência! Percebe-se que, mais que em exemplos individuais, a ciência avança através do estabelecimento de novos paradigmas de conhecimento. São as descobertas de novos campos de investigação – e dos também novos problemas por eles colocados, a exigirem trabalho conjunto e sucessivo -, que efetivamente criam as grandes modificações nas ciências. Do mesmo modo como observar os céus após Copérnico e Galileu torna diferente o olhar de quem o observava segundo a óptica de Ptolomeu.

De todo modo, enfoques diferenciados quanto a procedimentos lógicos de aferição da coerência de uma teoria – a “verificação”, como defendida por Kuhn, ou a “falsificação”, pretendida por Popper, em exemplo - são consensuais num ponto: não há teoria científica perfeita. Um físico reconhecido como Thomas Kuhn chega a defender a necessidade de se ter “fé”, na capacidade do novo paradigma para resolver os grandes problemas com que se defronta, sabendo apenas que o paradigma anterior fracassou em alguns deles.<sup>24</sup> “Fé”, isto é, contar que um número cada vez maior de novos cientistas se interessarão em levar adiante a decisão de averiguar as possibilidades científicas da nova proposta. Neste sentido, argumenta com o quão pouco receptivas foram à sua época, as teorias de Copérnico, a teoria da matéria em De Boglie ou, ainda hoje, a teoria geral de Einstein. Certamente que se pode estabelecer um paralelo desse tipo com as ciências sociais e a história. E a famosa e instigante polêmica opondo Max Weber ao materialismo histórico, a propósito do “espírito do capitalismo”, como exposta pelo primeiro, nos parece prova redundante disso.

<sup>1</sup> Max Weber, na obra referida, critica o fato de as “idéias” (a ética social da cultura no capitalismo, no caso) serem tratadas como “reflexos” ou

“superestruturas” de situações econômicas, exemplificando assim o mais ingênuo materialismo histórico. Não obstante, a análise de Weber, corrigindo no corpus dos factos, as anomalias de uma concepção materialista rígida (ou “vulgar”, como tão bem analisaria Eric Hobsbawm)<sup>25</sup> nesse aspecto, não chega a desdizer o paradigma lançado por Karl Marx, quanto à interdependência entre as estruturas das sociedades. Ao inverso, a análise de Weber busca, à exaustão, relacionar a ética social das sociedades analisadas junto ao modelo econômico de capitalismo nelas implantado – no caso, nuançada, determinando e sendo determinada, pelos preceitos da religiosidade protestante.<sup>26</sup>

Mesmo o mais recente – e certamente por isso - campo da investigação historiográfica é prova da insubstituível necessidade da aferição teórica e metodológica, dados os dilemas neste terreno por ela colocada. Falamos da área de estudos aberta pela chamada história cultural, como entendida a partir dos anos de 1970. O debate vai se dar especialmente na oposição desfechada diante das anomalias teórico-metodológicas percebidas na antecessora imediata dita história das mentalidades, dada a sua fragmentação excessiva dos temas, a sua preferência pelo extravagante e o exótico, a sua provocada desarticulação entre os temas das mentalidades e o conjunto das estruturas e dinâmicas sociais.<sup>27</sup>

Do consistente e belo ensaio sobre esse tema escrito por Ronaldo Vainfas, apontando para o refinamento a que se chegou frente à definição de critérios de abordagem, escolha de temas, ajuste teóricos, etc, sintetizamos aqui os aspectos relevantes no plano teórico-metodológico, tidos como cada vez mais consensuais pela intersubjetividade historiográfica hodierna:<sup>28</sup>

- rejeição à noção da história das mentalidades, naquilo em que esta envolva iniciativas demasiadamente pouco explicativas quanto às relações entre o mental e as demais estruturas da sociedade;

- distinção que se busca fazer diante da antiga “história da cultura”, dedicada a estudar as manifestações “oficiais”, “letradas”, “formais” da cultura de determinada sociedade: os grandes pensadores, a filosofia, a literatura, as artes, etc. Ao contrário, a história cultural, com recém proposta, sem recusar aquelas expressões das elites ou classes letradas, abre também espaço para as manifestações das massas anônimas. Necessário se faz então legitimar teórica e metodologicamente esta opção, o que explica, por exemplo, os conceitos e debates em torno da idéia de “circularidade cultural” (em Carlo Ginzburg), da “representação” (em Roger Chartier), ou o que faz Mikhail Bakhtin com Gargantua e Pantagruel, de Rabelais;

- preocupação em resgatar o conceito de “classes sociais” (e o crédito principal neste caso deve ser do materialismo histórico, diga-se), para o

conhecimento do papel dos atores sociais. Nega-se dessa forma uma homogeneidade cultural linear, que seria comum ao conjunto da sociedade, contradições e especificidades por classes. Igualmente busca-se recuperar até mesmo a existência de conflitos entre as classes (e novamente aí o crédito principal se alicerça no materialismo histórico).

Tudo isso, como se vê, é muito mais do que simplesmente “contar” porque caiu a maçã.

No entanto, Paul Veyne, não poderia deixar de apontar uma saída, após tanto criticismo e iconoclastia. Eis então que produz, para toda ausência de teoria e método, a noção de “intriga”<sup>29</sup>. Nesta, ao reconhecer que “todo” acontecimento é digno de história, o importante seria a montagem do fato ao gosto do recorte de análise do historiador, a trama (intriga) por ele escolhida. Ao mesmo tempo, ao constatar o autor referido que os fatos não existem isoladamente (!) e, por sua vez, que a totalidade histórica é impossível de ser “descrita”, opta então pelo completo domínio da subjetividade deste ofício, dada a livre escolha dos assuntos. A história em si não existe para o autor e, muito menos, um “sentido da história”, pois o curso dos acontecimentos não teria uma linha completamente traçada. Tudo dependeria assim do itinerário escolhido livremente, e todos os itinerários são igualmente legítimos. Há o campo do acontecimento, mas os historiadores contariam a “intriga” à sua maneira, a partir de um “itinerário” – sendo que nenhum deles é verdadeiro. A defesa de que os acontecimentos não ocorrem isolados é contraditoriamente contrastada por Veyne pela defesa de que eles possuem uma “unidade natural” – não se podendo separá-los em suas articulações “verdadeiras”.<sup>30</sup> Para ele, todas opções as descritivas são “boas”, sendo essencial, uma vez escolhida uma, mantê-la.<sup>31</sup>

Compreender a “intriga” enfim se justificaria pelo fato de a história não se habilitar a deduzir ou prever. Neste sentido, ela é tão-somente “narração”, assim como em Taine, em Langlois-Seignobos. Compreender o passado é a mesma tarefa com que o olhar de hoje compreende o mundo que o rodeia. A forma de explicação da história é sabida desde sempre, contentando-se assim com os “olhos que recebeu para ver”.<sup>32</sup>

Afinal, que não se venha a exumar dali o desdito pelo dito, pois como na velha e boa tradição lógica hegeliana, um dos dois é falso.

Notas:

\*Departamento de História/UFMA

<sup>1</sup>VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. São Paulo: Martins Fontes, s/d, p.9.

<sup>2</sup>Idem, p. 10.

<sup>3</sup>Idem, p. 19.

<sup>4</sup>MINOGUE, Keneth. *Popper explica a explicação histórica?* In: O'Hear, Anthony (org.). Karl Popper. *Filosofia e Problemas*. São Paulo: Unesp/Cambridge University Press, 1977, pp. 268-271.

<sup>5</sup>VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Op. cit., p. 19; 21.

<sup>6</sup>Idem, p. 23; 135; 137.

<sup>7</sup>Idem, p. 29.

<sup>8</sup>Idem, p. 30.

<sup>9</sup>Idem, ibidem.

<sup>10</sup>Idem, p. 18.

<sup>11</sup>Idem, p. 32.

<sup>12</sup>Veja-se neste sentido, HOBBSAWM, Eric. *Marx e a História*. In: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História. Ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 171-184.

<sup>13</sup>VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Op. cit., p. 203.

<sup>14</sup>Idem, p. 21.

<sup>15</sup>Veja-se a seguinte reflexão de Le Goff diante das perguntas do jornalista: P. Mas, em substância, ainda que de modo mais atenuado, você repropõe a diferença entre Marx e os marxistas. R. (...) Permita-me que lhe diga que falo a título estritamente pessoal quando lhe digo que há dois elementos no marxismo fortemente em contradição, para mim. O primeiro suscitou sempre uma decidida recusa, ao passo que o segundo continua ser um instrumento de leitura e de explicação da história de importância capital. P. Qual é, em contrapartida, o aspecto do marxismo que você não só não hesita em definir como capital, mas que considera hoje em dia como a única explicação histórica? R. É a luta de classes. Embora seja preciso aperfeiçoar a definição de classe, é seguro que na linha de Marx a estrutura de toda e qualquer sociedade depende em grande medida da dinâmica, interna à própria sociedade, das classes sociais e das relações que se verificarem entre elas. In: LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. Entrevista a Francesco Maiello. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 92; 94.

<sup>16</sup>FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo(orgs). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1977, pp. 62-69.

<sup>17</sup>Idem, p. 67.

<sup>18</sup>Ver, CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 37-39.

<sup>19</sup>HOBBSAWM, Eric. *O que os historiadores devem a Karl Marx*. In: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História. Ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 155-170.

<sup>20</sup>Idem, ibidem.

<sup>21</sup>FALCON, Francisco. *História e Poder*. Op. cit. P. 66.

<sup>22</sup>Idem, pp. 74-76.

<sup>23</sup>KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 144.

<sup>24</sup>Idem, p. 198.

<sup>25</sup>Ver, HOBBSAWM, Eric. *O que os historiadores devem a Karl Marx*. Op. cit., 155-170.

<sup>26</sup>Veja-se esta passagem, entre inúmeras outras nesse sentido, contidas naquela análise: "Atualmente, sob nossas individualísticas instituições políticas e econômicas, com as formas de organização e estrutura geral peculiares à nossa ordem econômica, este "espírito" de capitalismo poderia ser, como tem sido dito, compreensível puramente como produto da adaptação. Também o sistema capitalista necessita desta devoção à "vocação" para ganhar dinheiro, pois ela configura uma atitude para com os bens materiais que está tão intimamente adaptada a este sistema, tão intimamente ligada às condições de sobrevivência econômica na luta pela existência, que hoje não pode haver mais dúvida alguma sobre a conexão necessária entre esta maneira crematística de vida e qualquer Weltanschauung isolada. In: WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992, p. 47.

<sup>27</sup>Ver, VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Op. cit., pp. 127-164.

<sup>28</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>29</sup>VEINE, Paul. *Como se escreve a História*. Op. cit., pp. 47-53; 115-126.

<sup>30</sup>Idem, p. 54.

<sup>31</sup>Idem, p. 62.

<sup>32</sup>Idem, 136.